

CORREIO BRAZILIENSE

20 AGO 1986

ANC - EA X

Para Henrique Sabóia (C), o papel das Forças Armadas deve ser mantido

ASS. CONST. - SEGURANÇA NACIONAL

Sabóia defende ação de militar

20. AGO 1986

CORREIO BRAZILIENSE

O ministro da Marinha, Henrique Sabóia, está convencido de que a Assembleia Constituinte manterá a atribuição das Forças Armadas de defesa da segurança interna. A compreensão do papel das Forças Armadas aumentará à medida em que forem sendo ultrapassados alguns preconceitos distorcidos, o que será muito importante no processo de redemocratização.

O ministro nega que o governo brasileiro esteja realizando experiências com artefatos nucleares na Serra do Cachimbo. A política do governo nesse setor é bem clara e a divulgação de uma notícia errônea como essa acabou sendo prejudicial ao País, como afirma no programa Opinião Pública, que será transmitido hoje, pela TV Brasília

DEFESA

A possibilidade de criação do Ministério da Defesa não conta com a simpatia do ministro Henrique Sabóia, para quem esse assunto não é da estrutura constitucional. O almirante Mário César Flores, que estudou o tema pela Marinha, frisa que não haveria a conveniência de redução de gastos e nem a de aumentar a operatividade, que, atualmente, é extraordinária.

O Ministério está, naturalmente, preocupado em aumentar sua força naval, mas reconhece que isto não é fácil e depende da existência de recursos. Como o

País encontra-se numa fase de contenção de despesas o plano da Marinha está, também, condicionado, mas o reaparelhamento naval vem sendo feito apesar das dificuldades. Os recursos dos royalties da plataforma, que ainda não estão sendo liberados, darão, apenas, para melhoria da patrulhamento costeiro.

O almirante Henrique Sabóia acentuou que a Marinha tem estudos reservados, sobre os quais não se pronunciaria, acerca da propulsão nuclear. Sobre isso, faz duas considerações: a necessidade de dominar a tecnologia e a falta de recursos.

O ministro contestou, com amoral veemência, que as Forças Armadas estejam realizando provas nucleares na Serra do Cachimbo, interior do Para. Não concorda com os que defendem a redução de despesas com o Exército sob a alegação de que não existem inimigos à vista. "Isso é uma verdade hoje, mas poderá não ser daqui a cinco anos ou dez anos", observou.

SEGURANÇA

A posição das Forças Armadas é de que lhes cabe a defesa da segurança interna desde que as outras forças de segurança não tiverem condições de exercê-las. Elas seriam a segurança final do governo para a manutenção da ordem a fim de evitar o caos, altamente prejudicial ao País e com o qual nenhum cidadão pode concordar ou de-

sejar para sua Pátria.

Na exposição aos integrantes de Comissão de Estudos Constitucionais, feita por oficiais-generais, o que se procurou deixar claro foi a preservação desse dispositivo na Constituição. O ministro esquivou-se a debater as intervenções militares ao longo da República e de responder à indagação se, em 64, havia o caos, sendo justa a ação militar mesmo contra o então presidente da República.

Em sua entrevista a "Opinião Pública", que será transmitida hoje pela TV Brasília, o ministro da Marinha procura enfatizar a necessidade de que sejam superadas as divergências na sociedade, permitindo-se uma livre troca de idéias. Naturalmente que as opiniões podem ser diferentes, mas este convívio é fundamental para a democracia. Ele enfatizou, também, que as Forças Armadas são recrutadas da forma mais democrática possível e, por consequência, representam bem o povo.

Em relação ao projeto de anistia, negou o almirante Henrique Sabóia que os ministros militares tenham feito pressão durante a votação da proposta. Disse que limitaram-se a manifestar sua opinião porque foram consultados e a proposta interessava às Forças Armadas. A anistia foi a mais ampla possível, só não tendo havido reintegração porque esta, pela própria estrutura da carreira militar e do sistema de promoções, era impossível.